



Ocupação popular em patrimônio: a luta pelo direito a cidade e o conflito com a memória.

Ocupación popular en patrimonio: la lucha por
el derecho a la ciudad y el conflicto con la
memoria.

*ZANOLI; Fabrício O¹. , Mestrando do Programa de Pós
Graduação de Arquitetura e Urbanismo-FAU/UFBA,
fabriciozanoli@gmail.com*

¹ **Dados dos autores** Arquiteto e Urbanista - UFJF, Especialista em Assistência Técnica em Habitação e Direito a Cidade-UFBA. Mestrando em Arquitetura e urbanismo, área de conservação e restauro pela PPGAU_FAU_UFBA. Assessor técnico de movimentos sociais no Centro Antigo de Salvador.

Resumo

Busca-se com este artigo discutir, através de uma breve leitura de ocupações populares, a questão da função social dos bens públicos. O patrimônio protegido por tombamento busca garantir a permanência de uma memória social através de um bem, identificado em algum momento de sua história como parte importante do contexto social. A dificuldade de preservação destes bens em muitas cidades brasileiras traz à tona a discussão sobre seu objetivo enquanto contenedor de uma memória, sendo assim sua função social questionada. Os movimentos de ocupação trazem essa discussão ao propor um uso habitacional ou simplesmente popular para um bem degradado, de certa forma, propondo assim uma nova função social para o patrimônio.

Palavras Chave: ocupação popular; função social; gestão patrimonial; Salvador.

Resumen

Busca con este artículo discutir, a través de una breve lectura de ocupaciones populares, la cuestión de la función social de los bienes públicos. El patrimonio protegido tiene por objeto garantizar la permanencia de una memoria social a través de bien identificado en algún momento de su historia como una parte importante del contexto social. La dificultad de conservar estos bienes en muchas ciudades brasileñas nos lleva a la discusión acerca de su objetivo como un contenedor de memoria, por lo tanto cuestionado su función social. Los ocupantes hasta este debate proponiendo un alojamiento o simplemente el uso popular para un bien degradado, de alguna manera, al proponer una nueva función para la equidad.

Keywords/Palabras Clave: ocupação popular; função social; gestão patrimonial; Salvador.

A CRIAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO VAZIO

Os programas voltados à gestão de patrimônios tombados no Brasil, apesar de apresentarem uma evolução de conceitos constante, ainda se mostram deficitários para atender a demanda existente de conservação em áreas urbanas. Isso ocorre, em parte, devido à fragilidade institucional que o IPHAN apresenta na discussão da conservação dos bens tombados, sendo, em muitas vezes, sobrepujado por políticas locais de interesses privados.

A dificuldade em preservar imóveis nos centros urbanos, sejam eles públicos ou privados acabou gerando um enorme conjunto de prédios e casarões abandonados nas últimas décadas. As políticas urbanas voltadas à criação de novas centralidades esvaziaram áreas centrais repletas de patrimônios, como os casos do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Posteriormente, houveram tentativas de retomada destas áreas com foco no turismo criando intervenções urbanas que podem ser consideradas higienistas e em grande parte fracassadas.

Junto a esse potencial de uso criado com o abandono de edifícios, soma-se a crescente demanda por habitação social, em parte vinculada à expulsão de moradores de áreas centrais para novos projetos urbanos ou de restauro, como o caso em Salvador, 1987, do Parque Histórico do Pelourinho, removendo inúmeras famílias. A necessidade de reformas na área central surge após a retirada das funções administrativas da Cidade Baixa, na década de 1970, com a abertura de novas vias para fora do perímetro urbano da época e criação do CAB-Centro Administrativo da Bahia, esvaziando o centro tradicional.

Durante a implantação do Pelourinho diversos movimentos sociais se organizaram para a defesa dos direitos de moradores e trabalhadores afetados pelas intervenções urbanas, e na luta pelo direito a habitar as áreas centrais, próximos a locais possíveis de trabalho, lazer e equipamentos públicos. Assim, os edifícios vazios em áreas centrais, alguns patrimônios, se tornam uma possível moradia para os que necessitam de uma, organizadas as ocupações tomam seu lugar nos meios urbanos.



Figura 1: Edifício Ipiranga – Ocupação aprovada pelo MCMV. Fonte: <http://www.pac.gov.br/noticia/be70e7e0> Acesso: 17.08.16 às 15:00

A ocupação popular é uma bandeira de luta que alguns movimentos entendem como o início de um processo longo, mas com fins claros, a negociação e conquista da moradia e da melhoria de vida. Essa discussão segue em diversas ocupações apresentando algumas vitórias, como o caso do Edifício Ipiranga no centro de São Paulo. Ocupado de 2010 a 2014 pela entidade Unificação das Lutas de Cortiço-ULC, foi cedido ao movimento pela Secretária do Patrimônio da União-SPU e, aceito dentro do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal para adequação como moradia popular².

Já os casos de ocupação que envolvem patrimônio tombados apresentam uma dificuldade ímpar, a discussão sobre a função social da edificação, sendo questionada até quando a representação como memória deve ser mantida diante da necessidade de moradia. A questão envolve as diversas dificuldades dos programas de gestão de patrimônios tombados regidas pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, muitas vezes sem recursos e corpo técnico para atuar em frentes com questões sociais, seja a realocação dos ocupantes, seja considerar usos diferentes a centros de memória, culturais ou instituições públicas.

AVANÇOS E DIFICULDADES DA GESTÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

Desde o Decreto Lei nº25, de novembro de 1937, responsável pela criação das normas de preservação no Brasil, o patrimônio vem sendo administrado pela sociedade dominante da época vigente, definindo, de forma impositiva, o que deve ou não ser patrimônio nacional. A Constituição de 1988, marco legal do país, garante em seus princípios a participação popular nas decisões sobre o patrimônio, porém, na prática os diversos programas de preservação evidenciam o distanciamento da Instituição dessa discussão. Entre os ganhos conceituais do campo da preservação no Brasil, o reconhecimento de povos tradicionais como parte do acervo de patrimônio, como o caso de comunidades quilombolas, e o fortalecimento do instrumento de registro do patrimônio imaterial do País, tem seu destaque na evolução da discussão inclusiva desse patrimônio cultural.

A preservação no Brasil acaba por acompanhar, em muitos casos, as cartilhas das discussões internacionais, porém, é necessário salientar que práticas precursoras de preservação, mesmo questionáveis, foram feitas, como o caso do tombamento de cidades inteiras em 1938, demonstrando o reconhecimento do patrimônio urbano. (SANT'ANNA, 2015) Sobre as influências das discussões internacionais, pode-se dizer que em 1968, orientados pela consultoria do especialista Francês Michel Parent, iniciou-se a implantação do primeiro grande programa de preservação de centros urbanos, vinculando IPHAN e Governos Estaduais. O PCH- Programa Cidades Históricas iniciou-se em 1970 seguindo as orientações do relatório de Parent, em que "recomendou a articulação da preservação dos conjuntos tombados ao planejamento urbano e ao desenvolvimento do turismo" (SANT'ANNA, 2015), tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso e geração de renda.

Somente na década de 1990 que os programas de preservação começam a retomar força no Brasil, após a implementação da Constituição de 88 e seus novos conceitos de patrimônio cultural, e na retomada da discussão do meio urbano no campo político econômico. A prática do planejamento estratégico toma conta da cena urbana, assim como a apropriação dos espaços públicos e adaptação a destinos turísticos globais. Sant'Anna, 2015, aponta em seu artigo "Preservação como

² Prédio abandonado no centro de São Paulo vira habitação popular do programa Minha Casa, Minha Vida. <http://www.pac.gov.br/noticia/be70e7e0> Acesso: 17.08.16 às 15:00

prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos” que neste período o interesse dos organismos federais, Minc-Ministério da Cultura, IPHAN e Caixa Econômica Federal (CEF), estimula a criação do Programa Monumenta (1999-2010), o Programa de revitalização de Sítios Históricos (2000) e por fim o atual Programa de Aceleração do Crescimento-Cidades Históricas (PAC-CH)³, criado em 2009.

O programa PAC-CH, ainda em implantação de suas obras, atua com investimentos tanto em projetos urbanos de áreas protegidas, como em edifícios isolados. Pode-se apontar que ao menos em Salvador, Bahia, o programa não apresenta participação social nas etapas de escolha do patrimônio a ser restaurado ou nas definições do uso futuro do bem. Diferente do programa anterior, Monumenta, que apresentava uma significativa melhora ao possibilitar o restauro de imóveis particulares, a fundo perdido, o PAC-CH se direciona principalmente a obras de grande porte institucionais. A execução do programa se faz em parceria entre IPHAN e os Governos Estaduais e Municipais, promovendo uma ação integrada de restauro.

O PAC-CH em Salvador atua principalmente na área do Centro Antigo de Salvador-CAS⁴, com obras em edificações diversas, entre as selecionadas ao menos duas atuam diretamente em áreas que podem ser consideradas de conflito, os Arcos da Ladeira da Conceição da Praia e o Forte de São Paulo da Gamboa de Baixo. As propostas apresentadas para ambas as áreas foram definidas sem integrar os moradores e trabalhadores locais, que em ação conjunta com a Prefeitura de Salvador, vem notificando os moradores para sua saída o que gerou manifestações e questionamentos sobre o conceito de patrimônio e preservação de bens.

Esses moradores afetados pelos possíveis restauros em sua área de moradia e trabalho organizaram, junto a movimentos de assessoria, uma frente de resistência denominada O Centro Antigo Sangra. Esse movimento passou então a tencionar o órgão responsável pelo projeto de restauro, IPHAN, sobre que restauro será feito, para quem e porque não considera os atuais ocupantes.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELO RECONHECIMENTO

Para tratar de movimentos sociais urbanos na atualidade é necessário a priori compreender as referências contemporâneas destes movimentos. Nos últimos anos, em especial 2011 e 2013, foi possível notar a efervescência de diversas reivindicações sociais nas ruas de todo o mundo, ocupações e grandes passeatas paralisando centros econômicos e trazendo a tona a força da organização popular. Esses movimentos trouxeram uma nova forma de organização popular, plural, conectada em redes de comunicação e voltada à ocupação de espaços públicos em manifestos diversos desde lutas contra ditaduras, por espaços públicos até a discussões voltadas a exploração econômica globalizada.

Uma das leituras e análises dessas diversas manifestações é feita por teóricos como David Harvey, Slavoj Zizek, Vladimir Safatle, entre outros, na coletânea do livro Occupy, lançado em 2012. Esta

³ O Programa de Aceleração do Crescimento- Cidades Históricas (PAC-CH), é parte dos investimentos iniciados em 2007 pelo Governo Federal visando execução de grandes obras de infra estrutura em todo o país. O PAC-CH é implantado em 2013, com concepção inicial do IPHAN, focado em execução de obras de restauro em sítios históricos urbanos protegidos pelo órgão, em 44 cidades e 20 estados. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>

⁴ O CAS abrange cinco ZEIS e onze bairros, entre eles: Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, Lapinha, Comércio e Santo Antônio, criado em 2010 com base na poligonal de Área de Proteção Cultural e Paisagística – APCP (1983) considerada Área de Proteção Rígida-APR (GORDILHO, 1999).

obra buscou entender como essa “sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões”, assim descrita por Carneiro no texto de introdução, passa a ocupar o cenário mundial, e como essas vozes da rua questionam a ordem do capitalismo contemporâneo. Apesar da falta de estratégia, de ações propositivas, ou de um programa em comum, estes movimentos apresentam com clareza a crise estrutural que vive o atual sistema capitalista e os regimes considerados democráticos.

Maria da Glória Gohn (2010), pesquisadora das teorias dos movimentos sociais desde os anos 1980, apresenta uma mudança de ação e forma desses movimentos, uma redefinição de sua identidade na contemporaneidade, apesar de seguir o mesmo conceito do que é movimento social:

“Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.” (GOHN, 2011).

Gohn, 2010, em seu livro “Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo” identifica dez eixos temáticos de organização social e as principais diferenças entre os movimentos atuais e do passado. Os movimentos são identificados atualmente pela busca do reconhecimento e o respeito às diferenças, além de ser menos focada em pressupostos ideológicos, ligados a critérios como “cor, raça, gênero, habilidades e capacidades, bem como de conscientização e geração de saberes.”.

A pesquisa também aponta que a relação com o Estado foi reconfigurada, suas políticas, programas e projetos passam a considerar os movimentos, influenciando diretamente em sua estrutura, em muitas vezes provocando um engessamento da luta. Essa nova ação entre Estado e movimento acaba por fazer surgir à discussão sobre a esfera pública e a criação de novos modelos organizativos. Gohn (2010) coloca como sujeitos das ações coletivas: os movimentos sociais, as ONGs, os fóruns e os conselhos gestores, diferenciando-os entre os que mobilizam ideias, consciências e demandas, dos que podem sofrer influência política direta, sendo apenas conciliadores.

Outra característica marcante apontada é a ampliação do sujeito coletivo, auxiliado pela profusão das novas tecnologias de comunicação, criam-se redes associativas, assim como aponta Manuel Castells (2013).

Castells, 2013, apresenta que o espaço público físico e o virtual estão se misturando, o fluxo da internet se materializa nas cidades. Os grupos que se reconhecem pela indignação da supressão dos espaços públicos por espaços de consumo e se organizam pela rede multimodal, utilizando a força da independência da comunicação, através de celulares, emissoras não autorizadas e diversos outros meios para se fazer esse contra poder. A luta se torna então uma retomada da cidade por este cidadão⁵ conectado, em busca do direito de utilizar a cidade de forma gratuita e continuada, retomando de certa forma, o conceito de Lefebvre (1991), do Direito a cidade. O autor aponta que esses movimentos conectados buscam uma nova cultura econômica e política.

5 "O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo" (SANTOS, 1987:41-42).

Neste contexto os movimentos na América Latina são extremamente diversos e cada vez mais conectados, a luta pelo território, em todas suas possibilidades, passa a ser feita em diversas esferas de reivindicações. O Brasil aparece com seus movimentos sociais globalizados durante os atos das conhecidas Jornadas de Junho de 2013, relatadas na publicação *Cidades Rebeldes, 2013*, com diversos autores abordando as manifestações de rua iniciadas pelos movimento de passe livre em transporte público.

A cidade ocupada passa a ser usada "... como arma para a sua própria retomada.", como aponta o Movimento Passe Livre de São Paulo em seu artigo "Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo", da publicação anteriormente citada. A referência à cidade de Salvador é pelo fato de que em 2003, diante de um aumento de passagens de ônibus, várias manifestações tomaram as ruas da cidade. Conhecida como a Revolta do Buzu, em um processo totalmente descentralizado e decidido em assembleias durante as paralisações, a manifestação ganhou projeção nacional, com documentário e cobertura de mídias independentes se tornando um marco dos movimentos que viriam a seguir.

Salvador apresenta uma grande diversidade de movimentos sociais, vinculados tanto a problemas urbanos, quanto as atuais lutas por inclusão e respeito a questões étnicas e culturais. Aqui se busca apresentar um estudo sobre os movimentos sociais atuantes principalmente na região denominada Centro Antigo de Salvador, marcada por diversas ações que tendem a gentrificação vinculadas ao restauro de imóveis. Os movimentos do CAS, reconhecidos desde a década de 1980, são exemplo da resistência na luta pelo reconhecimento de sua cultura e pela permanência na área central da cidade. José Maurício Bittencourt, 2015, resgata o início dessa luta como o caso do Revicentro ou da Associação dos Moradores do Maciel, em carta direcionada ao Ministério da Cultura durante o Programa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador de 1987:

"Exigimos o reconhecimento de que fazemos parte do patrimônio e juntos somos a cidade e que, por isso, não se pode considerar somente seus aspectos físicos, mas, principalmente social e econômico." (ESPINHEIRA, 1989, P.43 apud BITTENCOURT, 2015).

A luta pelo reconhecimento dos moradores como parte do patrimônio edificado é uma bandeira que ainda perdura nos movimentos sociais do CAS, organizados agora em uma nova frente de resistência diante dos possíveis restauros. Assim como GOHN (2011) aponta que as redes formadas entre os grupos fortalecem os movimentos sociais, e são apoiadas em ações de assessores, ONGs, associações de moradores e faculdade. Os diversos atores que se apresentam no Centro Antigo formam atualmente uma frente de luta denominada O Centro Antigo Sangra⁶. A formação desse grupo há de ser analisada com parcimônia, entendendo o porquê da agregação destes grupos, quais as forças presentes no processo, onde atuam e quais os objetivos em comum. Pode-se afirmar, inicialmente, que esta luta se faz sob o mesmo território, e é apoiada na bandeira da resistência a possíveis práticas étnicas higienistas de um plano de restauração urbana lançado pela Prefeitura Municipal e IPHAN. O movimento abrange grupos diversos, com formato de atuação que seguem desde a luta pela reforma urbana até a ocupação dos espaços públicos, utilizando a internet, intervenções em eventos políticos e atos pela cidade como instrumentos de luta para conquistar sua demanda no território do CAS.

⁶ Frente de movimentos sociais formada por grupos de moradores, trabalhadores e simpatizantes do Centro Antigo e Salvador, como os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, Movimento de Sem Teto da Bahia-MSTB, Ladeira da Preguiça, Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, Vila Coração de Maria e Nosso Bairro é 2 de Julho.



Figura 2: Logo do movimento e performance de Ivana Chastinet, “A Cabocla”, contra a demolições no CAS, em evento político. Fonte: <https://www.facebook.com/O-Centro-Antigo-Sangra-703388879784005/> Acesso: 29.11.16 às 13:00

A comunidade da Gamboa de Baixo, a ser apresentada posteriormente, é parte desse grupo, e carrega um histórico de lutas que segue desde a implantação da Avenida Lafayette Coutinho, na década de 1960, até a participação, em 2002, do grupo Articulação de Luta por Moradia, formado por representações dos bairros Marechal Rondon, Gamboa de Baixo, Alto de Ondina, Sussuarana, São Marcos, Bairro da Paz e Centro Histórico. (BITTENCOURT, 2015) A Gamboa é múltipla em participação social, e é possível ver a modificação e adaptação de suas estratégias de resistência ao decorrer dos anos.

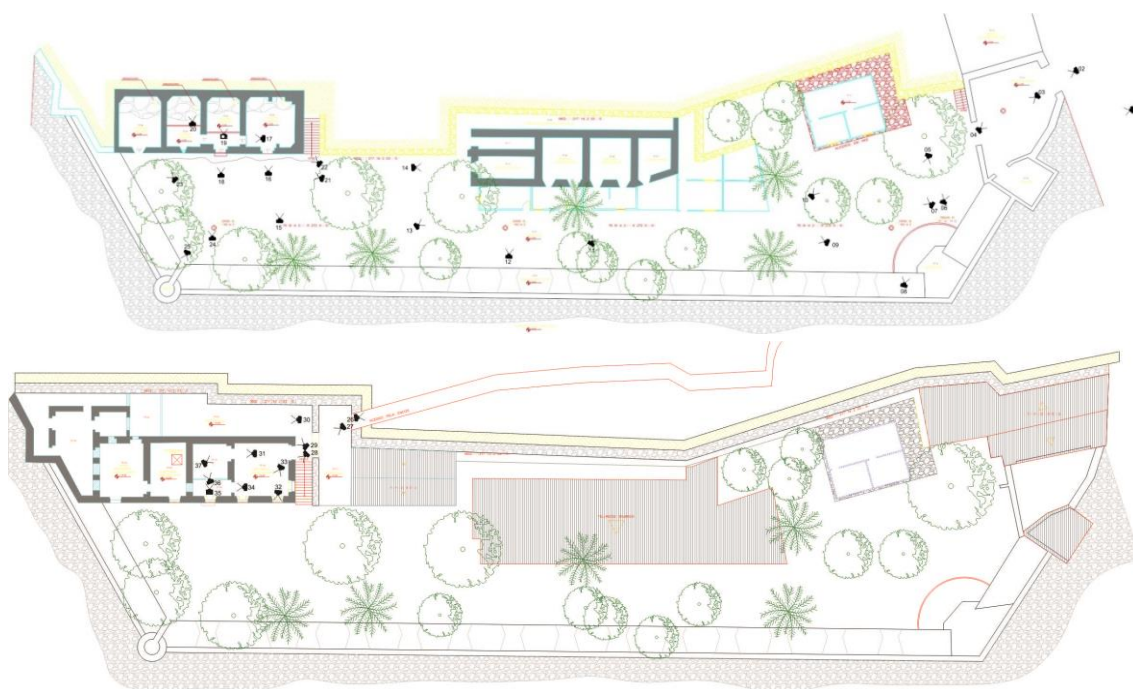
GAMBOA DE BAIXO E A OCUPAÇÃO POPULAR EM PATRIMÔNIO

A região da Gamboa de Baixo é considerada “terreno de marinha”, de propriedade da União e de responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União. A área ainda conta, em sua poligonal, com o Forte de São Paulo, protegido por tombamento pelo IPHAN desde 24 de maio de 1938.

O Forte de São Paulo possui data de construção de 1722, com projeto original de João de Massé (OLIVEIRA, 2004). Considerada uma das edificações de melhor qualidade construídas na cidade, recebeu entre os diversos armamentos um importante canhão, apelidado de Vovó, com alto poder de fogo durante o ano de 1875. Construído a beira mar a edificação em formato retangular é protegida em sua retaguarda pela grande encosta, hoje cortada pela Avenida do Lafayette Coutinho, e pelo Forte de São Pedro, além disso, é composta por três flancos dois laterais e um frontal, cercando o terrapleno.

O conjunto atualmente é ocupado por aproximadamente dezoito famílias, sendo quatro na casa principal, antiga habitação do Cabo de bateria, e as demais em pequenos barracos montados sobre o alicerce que restou no pátio principal. Registros orais e fotográficos dos moradores sugerem que a ocupação do Forte teve início há aproximadamente 60 anos, através de Dona Rosa, moradora idosa ainda presente na Gamboa. Em relatórios técnicos presente em arquivos do IPHAN-BA é possível comprovar essa ocupação na vistoria do arquiteto Eduardo Furtado de Simas, em 1976, e ainda, mais antigo, um relato a mão, datado de 1935, já aponta o início da ocupação no terrapleno, somando assim 80 anos de início da ocupação do imóvel.

A comunidade da Gamboa de Baixo é reconhecidamente um foco de resistência no Centro Antigo de Salvador, desde 1952, a população se organiza para permanecer no local, ainda sem estrutura de Associação.



*Figura 03 – Levantamento cadastral com indicação das edificações originais em preto e em azul as intervenções, no centro do pátio. Imagem superior: Pavimento térreo; Imagem inferior: Segundo pavimento.
 Fonte: Fabrício Zanoli – Novembro de 2015.*

A implantação da Avenida Lafayette Coutinho ou Contorno, veio a segregar tanto o patrimônio quanto a própria comunidade do resto da cidade, trouxe também algumas demolições de casas na futura área de servidão da via, além de uma série de dificuldades estruturais, tanto de saneamento quanto de acessibilidade, gerando um total isolamento. É importante registrar que a primeira escada de acesso à Avenida Contorno foi realizada através de um mutirão de mulheres, as quais, por iniciativa popular, construíram a escadaria que, até hoje, permite o acesso principal à Gamboa. As mulheres da Gamboa se unem na luta pela moradia desde 1980, com a criação da Associação de Mulheres, desenvolvendo trabalhos assistencialistas na comunidade. (PERRY, 2008) O movimento de resistência nesta região ainda em 2016 se mantém graças a força da luta feminina, seja pelo trabalho, pela Associação de Moradores ou com participação em eventos públicos sobre comunidades pesqueiras.

A Gamboa sofreu diversas intervenções urbanas que vieram a configurar sua atual forma, entre elas, a mais impactante em 1990, elaborada pela antiga URBIS⁷, parte de um projeto do arquiteto Ivan Smarcevscki, modificado durante sua execução, diante das diversas intervenções dos moradores no processo. Estas intervenções acabaram criando ambientes ligados à memória local, como o caso da Rua da Resistência, que não existiria segundo o projeto original, e espaços com nomes dos antigos moradores. Essa grande intervenção foi responsável pela consolidação das vias, criação de novas casas e sistema de esgotamento sanitário em toda a área, menos na área ocupada pelo Forte de São Paulo, já na época o Estado evitava o conflito entre regularização e restauro.

⁷ Antiga companhia de Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS). Atualmente seu acervo e responsabilidade é administrado pela CONDER- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Fonte: <http://www.conder.ba.gov.br/>



Figura 04 –Localização: 1-Museu de Arte Moderna-MAM; 2-Gamboa de Baixo; 3-Ed. Mansão dos Cardeais; 4-Campo Grande; 5-Solar do Unhão Fonte:Elaborado por Fabrício Zanoli, sobre a base Google Earth(2014) – Novembro de 2015.

Em outubro de 2007, a União Federal, através da Superintendência do Patrimônio da União na Bahia cede a área da Gamboa de Baixo ao Município de Salvador para fins de cadastramento e regularização fundiária, a partir do Programa “Papel Passado” do Ministério das Cidades, este contrato foi extinto em 2012 e o município não cumpriu a regularização. Em 2009, o Ministério Público Federal, MPF, instaura a ação civil pública n.º 2009.33.00.011447-9, contra o IPHAN, o município de Salvador e União, na qual requer “a condenação dos acionados em obrigação de fazer solidária, consistente na adoção de todas as medidas necessárias para prevenir o agravamento do estado de degradação e arruinamento no qual se encontra o Forte São Paulo da Gamboa, para promover a completa recuperação e restauração, bem como para dar destinação e uso ao referido bem compatíveis com o seu tombamento e sua relevância cultural, de forma a garantir o fiel cumprimento do quanto disposto na Constituição Federal e na legislação de proteção ao patrimônio histórico e cultural brasileiro”.

Além disso, o MPF requer que o IPHAN adote todas as medidas necessárias para impedir que ocorram novas interferências no Forte de São Paulo da Gamboa e em seu entorno incompatíveis com o seu tombamento e relevância cultural, em clara referência às famílias que habitam o local. Atualmente o processo em curso consta a obrigação do Estado, Município, SPU e IPHAN em realocar as famílias presentes no Forte de São Paulo, assim como regularizar esta comunidade tradicional pesqueira e por fim restaurar a edificação.

Em 2013, se viabiliza o recurso do Programa PAC Cidades-Históricas, PAC-CH, o que acelerou a movimentação estatal em torno da desocupação das famílias para restauro do Forte. A participação popular nesse processo é escassa, em alguns documentos e relatos da associação de moradores, é possível notar a existência de um processo consultivo a comunidade junto ao IPHAN e o IPAC no final da década de 90, quando o então presidente da comissão de restauro do IPAC, Coronel Anésio Ferreira Leite, se mostrava aberto para a conciliação dos interesses dos moradores

e do restauro do Forte. Um levantamento do histórico de intervenções realizadas no Forte de São Paulo demonstra o distanciamento do poder público da proteção do bem:

1808 - Devido às águas que corriam da encosta, foi preciso transferir tanto a casa de pólvora como o quartel do comandante, procedendo-se obras de proteção.

1810 - São refeitos os mesmos trabalhos de reforço na encosta, com a sugestão de avançar mais o terrapleno para o mar, trabalho não realizado.

1863 - Reparado em alguns pontos.

1876 - Verifica-se desmoronamento de terra à montante, entulhando-o parcialmente. Seguem-se obras de reparo.

1886 - Obras de melhoramento

1967 - Obras de conservação, limpeza e consolidação da guarita, muros da entrada principal e reparos no canhão Vovó.

1995 – Instalação de sistema de esgotamento sanitário na comunidade da Gamboa de baixo, resultando em intervenção no terrapleno com inserção de tubulação de esgoto e caixas de passagem.

Diversas intervenções já foram feitas pela própria comunidade no Forte e em seu entorno buscando manter a edificação na mínima condição de habitabilidade, sem receber nenhum apoio dos entes governamentais.



*FIGURA 05: Mutirão para reconstrução de parte da passarela de acesso ao Forte de São Paulo.
FONTE: Adriano de Jesus. Dezembro de 2015*



Figura 06: Casarão principal ocupado. FONTE: Fabrício Zanoli. Dezembro de 2015

Vista do casarão principal do Cabo da Bateria, atualmente ocupado por três famílias principalmente no pavimento superior. A edificação apresenta relativamente poucas alterações em sua estrutura original, nota-se a diferença principalmente nas esquadrias da parte inferior. As antigas aberturas entre os cômodos inferiores foram parcialmente fechadas com tapumes e pedaços de diversos materiais. 01-Habitação unifamiliar ocupando os dois pavimentos, a ligação entre os pisos foi feita através de uma escada improvisada no assoalho de madeira. 02- Habitação unifamiliar, ocupada por Dona Rosa, considerada a primeira moradora do Forte. 03- Pavimento escavado na rocha localizado a maior fonte de água natural da encosta desta área, atualmente sem ocupação devida à alta umidade do ambiente.



Figura 05: Casas(03) sobre a estrutura original do Forte(01). Fonte:Fabrício Zanoli. Dezembro de 2015

Nota-se também a presença de árvores de grande porte e bananeiras ao fundo, em alguns casos danos tanto a pavimentação quanto a estrutura da encosta e infraestrutura do Forte. 01- Antiga casa de pólvora, in loco é possível identificar também o fosso que se mantém logo atrás da edificação. 02 – Moldura finalizando a pavimentação em pedra da via principal do Forte apresenta desagregação das pedras assim como cimento em alguns remendos. 03- Habitações sobre a estrutura original do Forte, a primeira edificação pintada com cal branca é aparentemente parte da estrutura antiga. Pouco modificada com adaptação de esquadrias e telhado.

O Forte da Gamboa de Baixo envolve atualmente um grande impasse de cessão da área para fins de regularização fundiária, uma disputa entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal. A SPU busca ceder a área ao órgão que se comprometer com a realocação dos ocupantes do Forte dentro da própria comunidade, incluindo as necessárias obras de intervenção urbana no espaço. O IPHAN, nesse processo, se distancia se apoiando na lógica de sua função apenas de restauro da edificação, sendo assim incapaz de participar na resolução do conflito da ocupação do imóvel.

Em recente reunião, em que este pesquisador se fez presente, convocada para maio de 2016 pela Defensoria Pública da União, agora mediadora do processo de restauro e cessão da área da Gamboa, foram convocados Governo do Estado, Prefeitura Municipal e IPHAN, com o objetivo de traçar um plano compartilhado. A Prefeitura Municipal, estava representada pela Fundação Mario Leal Ferreira, FMLF, atual executora de seus projetos, que se comprometeu a regularizar a área, inicialmente, desde que não tivessem que realocar os moradores, alegando ser um custo muito elevado para o momento político. A SPU, através de suas representantes frisavam a necessidade da realocação para a realização da cessão e do possível restauro, buscando de alguma forma vincular esses termos na doação.

O arquiteto representante do IPHAN simplesmente acompanhava a discussão, sempre alegando a impossibilidade da autarquia participar de qualquer negociação de regularização ou projeto de habitação. O Estado, representado pelo advogado da SEDUR-Secretária de Desenvolvimento Urbano, apresentou possibilidades de regularização também sem se comprometer com as famílias ocupantes do Forte. A reunião tendeu então a uma propaganda das ações da Prefeitura e do Estado, para fins de regularização, em uma clara disputa de poder pela área, porém, com um interesse muito mais nítido da Prefeitura pelo espaço.

A reunião termina com o compromisso de que os órgãos do Estado e Prefeitura se manifestem para a SPU pelo interesse e possibilidade de cumprir os compromissos de regularização e realocação dos moradores para a cessão da área. A Associação de moradores, também presente na reunião, se mantém firme na necessidade da resolução do conflito da ocupação da melhor forma possível, se colocando a disposição para reuniões e visitas a qualquer momento. Os moradores presentes possuem grande habilidade em dialogar com o poder público, estando cada vez mais presentes em audiências públicas e convocando reuniões com os gestores da área. Utilizam-se da articulação dos movimentos do Centro Antigo para se fazer presentes em documentos públicos propostos por todos em busca de resolução do conflito restauro versus regularização.

CONCLUSÃO

A reunião entre IPHAN, SPU, FMLF e Governo do Estado representa a atual política de preservação de patrimônios, em que o órgão responsável pelo restauro passa a ser um coadjuvante na disputa do território, se omitindo e reduzindo toda a sua participação a uma ação técnica localizada. A comunidade passa a ser a única a manter o patrimônio de pé por pura necessidade, sendo neste processo apenas um sujeito da disputa de poder político econômico. As ocupações populares, ao discutirem a função social do patrimônio, questionando que patrimônio é esse e de quem é, trazem a tona a fraqueza de uma instituição que não quer considerar os novos usos e nem as disputas políticas que envolvem suas competências, deixando os bens a mercê de políticas urbanas sem planejamento. O patrimônio é fruto de um conflito constante, precisa ser reconstruído diante da necessidade local em que se encontra, considerando suas diversas modificações e sua representação enquanto memória para a atualidade.

O planejamento municipal é totalmente direcionado a investimentos turísticos, alocando milhões a reformas direcionadas a estes e permitindo diversos empreendimentos de grande porte em áreas patrimoniais, desrespeitando totalmente a ambiência local e o seu impacto. O questionamento da destruição dos patrimônios cai sempre nas costas dos movimentos que ocupam e mantêm essas edificações vivas. Recentemente vimos o caso da aprovação de mais um projeto polêmico em Salvador, envolvendo o Edifício La Vue na Ladeira da Barra, se tornando o novo “calcanhar de Aquiles” do IPHAN, agora colando a mostra toda a estrutura do esquema. O modelo de aprovação de obras, tanto pelo IPHAN quanto pela Prefeitura Municipal de Salvador, é um desrespeito as áreas protegidas, e reflete um problema comum de planejamento em todas as cidades, a influência política, empresarial e a falta de participação social nos processos. Assim movimentos contrários, como o Centro Antigo Sangra, em Salvador, Ocupe Estelita, em Recife, ou a Praia da Estação, em Belo Horizonte, surgem em busca do direito a cidade para todos. Marcia Sant’Anna, arquiteta especialista em patrimônio, em entrevista recente a um jornal online de Salvador, Passa a Palavra, alerta sobre a necessidade da participação social nos casos de preservação para evitar casos como o La Vue:

“A única forma que há para resistir a isto é a mobilização da sociedade para exigir dos organismos públicos o estabelecimento de regras que sejam favoráveis à cidade e à população, e não somente aos investidores e empreendedores. Será que temos chances de fazer isto em Salvador? Eu espero que não fiquemos restritos ao La Vue, pois ele é apenas a ponta de um enorme iceberg.” (Jornal online Coletivo Passa a Palavra. “La Vue é apenas a ponta de um enorme iceberg” Acesso: <http://www.passapalavra.info/2016/11/110022> - 29 de novembro de 2016)

O caso em específico da Gamboa de Baixo aponta para uma comunidade com sua história totalmente ligada a este patrimônio, mas não como uma fortificação de guerra e sim como um espaço característico dessa localidade, muito vinculado aos hábitos da pesca dessa comunidade tradicional. Talvez fosse necessário um adendo ao tombamento desse edifício, tornando uma Fortificação que, além de ícone de um período militar, fosse também base histórica da construção de uma comunidade pesqueira de grande relevância na cidade do Salvador. A Associação de Morades Amigos de Gegê da Gamboa de Baixo segue cotidianamente na luta pelo reconhecimento deste comunidade tradicional pesqueira como parte deste patrimônio municipal.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos E MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda. Vozes, Petrópolis; 1ª edição, 2000.
- ARANTES, Antônio Augusto. —Produzindo o Passado- Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Editora Brasiliense e Secretaria do Estado da Cultura/CONDEPHAAT, 1984.
- AAGMGB_Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo. A construção de um diálogo de contrapartida com a ODEBRECHT. Documento produzido pela Associação e entregue ao Ministério Público do Estado da Bahia Promotoria de Justiça e Cidadania. 2001.
- _____. Programa do projeto Gambo'Arco. Documento produzido pela Associação e entregue ao Ministério Público do Estado da Bahia_Promotoria de Justiça e Cidadania. 2004.
- AIRES, Elaine. Políticos nas cenas do patrimônio histórico cultural: o caso de São Luís, —Patrimônio da Humanidade|. Disponível em http://www.outrostempos.uema.br/vol_especial/dossieespecialart09.pdf
- BAHIA. Governo do Estado. —Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador: Termo de Referência, Salvador: IPAC,1991.
- _____. SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.centroantigo.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>
Acesso: novembro 2015
- BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília, DF : IPHAN / Programa Monumenta, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001. Instituto POLIS, 3ª edição. Brasília. 2005.
- CARLOS, Ana Fani. O turismo e a produção do não lugar.in: Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura, Editora Hucitec, org. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia, Ariza da Cruz, págs. 25-39, 1999.
- Castells, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos. Belo Horizonte: Annablume Editora. 2009.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia . En: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____ O Patrimônio em Questão. Fino Traço Editora. 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009

CUNHA, Claudia dos Reis e. Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN . IPHAN - São Paulo, 2010.

CONDER-Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Nota técnica, ofício nº178/2015/GEDHDIS/GMCA – Ministério Público do Estado da Bahia – Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate a Discriminação. 2015

FREYRE, Gilberto. A Casa Brasileira. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

FONSECA, Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed, 2006.

_____ O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. 2. ed. rev. ampl.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. —Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX”. Salvador: EDUFBA, 2ª. edição revista e ampliada, 2008 (original de 1999).

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

JORNAL ONLINE COLETIVO PASSA A PALAVRA. “La Vue é apenas a ponta de um enorme iceberg”
Fonte: <http://www.passapalavra.info/2016/11/110022> acesso em 29 de novembro de 2016

MOURAD, Laila Nazem e BALTRUSIS Nelson. “Lutas pela conquista do direito à moradia no Centro Histórico de Salvador”, In: Revisitando o instituto do Tombamento (coords) Edésio Fernandes e Betânia Alfonsin, Ef. Editora: Fórum, 2010.

PERRY, Keisha-Khan Y.; CAMINHA, Ana Cristina da Silva. “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”: poder e política das mulheres negras da Gamboa de baixo, Salvador. Niterói: Revista Gênero, v. 9, n. 1, p. 127-153, 2008

PORTELA, Rafael Davis. Pescadores na Bahia do Século XIX /Rafael Davis Portela. – Salvador, 2012. 127 f. : il. Orientador: Profº Drº João José Reis Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012

SANT'ANNA. Márcia G. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1995.

_____ A cidade- atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia- PPG-AU/UFBA, Salvador, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6

SOUZA, Alcídio Mafra de. Guia dos bens tombados da Bahia. Rio De Janeiro: Editora Expressão e Cultura. 1983

ZANOLI, Fabrício O. Projeto de realocação dos moradores do Forte de São Paulo – Salvador/BA, Trabalho Final do Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Salvador, PPGAU-UFBA, 2015. Acesso: <http://www.residencia-aue.ufba.br/fabricio-oliveira-zanoli>